

CPMF pode ter alíquota de 0,30%

A proposta de aumento deverá ser levada ao Congresso, já que, por lei, a cobrança poderia no máximo chegar a 0,25%

Luís Eduardo Leal* e Katia Guimarães*, de Brasília

O governo estuda aumentar a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,20% para 0,30% ou 0,35%. A informação é do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP).

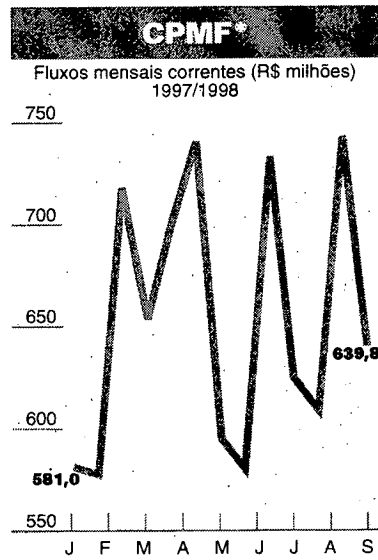
O presidente da Câmara disse que soube da proposta pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, durante encontro no Palácio da Alvorada para discutir a estratégia para fazer avançar as reformas no Congresso.

Para promover este aumento, o governo deverá encaminhar ao Congresso um novo Projeto de Emenda Constitucional (PEC), uma vez que a emenda que autorizou a instituição da CPMF previa que, por lei, a alí-

quota máxima poderia ser elevada de 0,25%

Segundo Temer, a alíquota proposta pelo governo não chegaria, em nenhuma hipótese, a 0,50%, como chegou a ser veiculado pela imprensa esta semana.

O presidente da Câmara disse também que não está descartada a idéia de transformar a CPMF em um tributo permanente. A contribuição é provisória. Sua validade vai até fevereiro do próximo ano e os recursos estão vinculados ao Ministério da Saúde. De acordo com o presidente da Câmara dos Deputados, a proposta está sendo analisada pelo Ministério da Fazenda, mas ainda não há posição fechada a respeito.



Fontes: Receita Federal e Centro de Informações da Gazeta Mercantil
* Contribuição Provis. s/ Moviment. Financ.

O presidente Fernando Henrique Cardoso não pretende, segundo Temer, permitir que um possível au-

mento de impostos incida sobre o salário ou sobre a produção nacional. "O presidente não está pensando em aumentar o Imposto de Renda", afirmou o parlamentar.

No encontro com o presidente, Temer tratou da pauta de votações da Câmara para o período posterior ao segundo turno das eleições. Fernando Henrique Cardoso planeja também levar adiante a tramitação de projeto de sua própria autoria, pelo qual são tributadas as grandes fortunas.

A Câmara deverá retomar os trabalhos dia 27 ou 28, iniciando a votação dos três últimos destaques da reforma administrativa, previu Temer. O presidente da Câmara pretende propor, durante a reunião com líderes prevista para a próxima semana, um pacto para que a oposição e os deputados não-reeleitos participem da votação das reformas e do projeto de ajuste fiscal.

(* do InvestNews)